

OS SENTIDOS DO TESTEMUNHO EM JOÃO ANTÔNIO E NA LITERATURA PERIFÉRICA: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Júlio Cezar Bastoni da Silva (UFSCar/FAPESP)¹

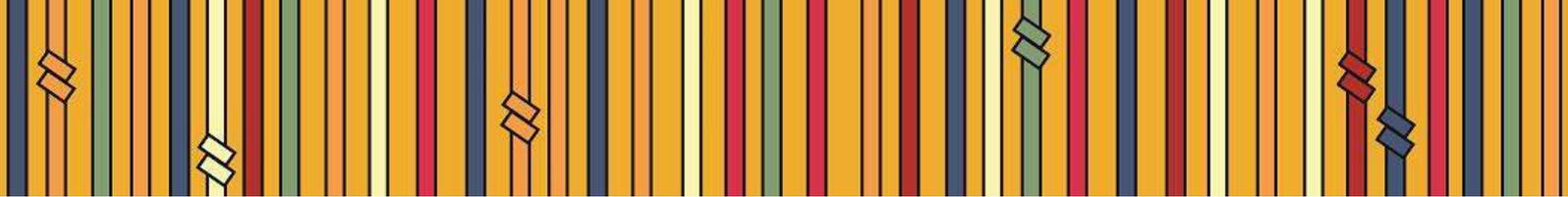
Resumo: O escritor e jornalista paulistano João Antônio é lembrado por Ferréz como uma espécie de precursor da literatura marginal. No entanto, à parte semelhanças no tocante a seus projetos literários, há diferenças no que tange à representação das classes populares brasileiras em suas produções. A proposta deste trabalho, nesse sentido, visa investigar as divergências e confluências entre a literatura de João Antônio e a literatura marginal-periférica, de modo a verificar as possíveis continuidades e descontinuidades entre tais propostas literárias.

Palavras-chave: João Antônio; Ferréz; Testemunho; Literatura e classes populares.

O *testimonio*, enquanto gênero literário, parece pertencer mais a demais literaturas latino-americanas que à brasileira, e geralmente é ligado à experiência de transformações políticas ou debacles da democracia, bem como à fala de grupos sociais ou povos subalternizados. No Brasil, como é óbvio, não faltam elementos que poderiam ensejar a sua produção ou textos que permitiriam ser pensados na relação com o gênero, inclusive possibilitando o alargamento ou a reflexão sobre suas manifestações potenciais. Porém, tal categoria, presente nos debates acadêmicos e no mercado editorial internacional já há bastante tempo, parece não encontrar manifestação idêntica no país, ao menos sob o olhar da crítica. Tal separação frente a outras literaturas do subcontinente parece envolver não apenas o fato de escrevermos no único país que tem por língua oficial o português, mas também certa presença menor da literatura brasileira na academia internacional, especialmente a norte-americana. No entanto, é possível dizer que a questão testemunhal, em nossa história literária, é fortemente presente, embora a reflexão sobre o gênero prefira voltar-se, preferencialmente, para a literatura contemporânea.

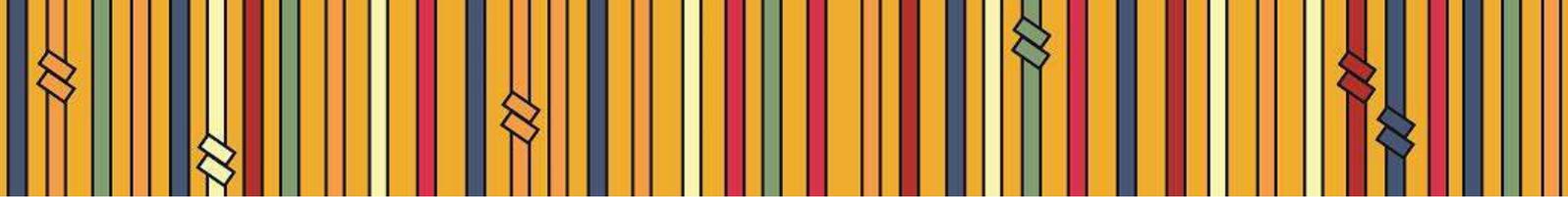
A presença de uma escritora como Carolina Maria de Jesus é certamente a figura que salta aos olhos quando se pensa na possível presença do gênero no país. Não apenas citada na revista cubana *Casa de las Americas* no sentido de um testemunho histórico brasileiro (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 32-33), também possui várias das marcas do gênero, especialmente a presença do enunciador subalterno, cuja fala, mesmo que mediada por uma espécie de “gestor” (PENNA, 2003, p. 336-337) – no caso, um editor

¹ Doutor em Estudos Literários pela UNESP, *campus* Araraquara. Contato: juliobastoni@yahoo.com.br. Processo FAPESP nº 2014/22950-3.



do próprio texto escrito, não exatamente um porta-voz, papel do jornalista Audálio Dantas em *Quarto de despejo* [1959] – é considerada como uma como uma visão “*de dentro da favela*” (DANTAS, 2007, p. 6, grifo do autor). No entanto, o livro de Carolina de Jesus não apresenta alguns dos elementos que caracterizaram o testemunho na América Latina, especialmente o viés político, no sentido de participação ou reflexão nos moldes de uma prática programática ou vinculada a grupos de pressão, movimentos sociais ou políticos, inclusive os identitários. O livro é profundamente político, enquanto *discurso*, e profundamente literário em sua natureza, mas é recuperado, segundo aqueles parâmetros, apenas na forma de uma antecessora histórica, modelo ou pioneira da chamada autorrepresentação de grupos marginalizados, especialmente da periferia urbana. De qualquer modo, não apenas *Quarto de despejo*, mas outros de seus livros menos conhecidos, podem servir para se pensar não apenas o gênero enquanto tal, mas as ocorrências brasileiras de um *teor testemunhal*, como propõe Márcio Seligmann-Silva. Esse teor testemunhal parece apontar não apenas para o teor confessional de lastro “real” ou autobiográfico, mas também para o tratamento de temas ou situações-limite, como o cárcere, a miséria, a violência (institucional ou não) etc. (2003, p. 8-9, 30-31, *passim*).

Nesse sentido, se considerarmos, de modo amplo, as possibilidades abertas pela noção de “teor testemunhal”, pode-se notar que tal característica é razoavelmente presente na literatura brasileira. Talvez, um dos primeiros e mais célebres casos seja o da literatura de Lima Barreto, escritor negro de extração social de classe média, mas descendente de escravos, e cujo convívio com a pobreza dos subúrbios o fez ser elevado à condição de precursor de uma literatura voltada para os ambientes de fora dos centros urbanos. Lima Barreto, aliás, emergiria como um pioneiro da chamada “autorrepresentação”, caso consideremos como tal a presença forte de sua subjetividade na escrita, que deságua no confessionalismo e no protesto, não apenas manifestado em romances e contos como *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* [1909] ou *Clara dos Anjos* [romance póstumo, 1948], mas também na forma da identificação ou elisão da separação tradicional entre autor e narrador, que faz presente a figura do enunciador subalterno, como obviamente acontece em seu *Diário íntimo* [póstumo, 1953] e, em especial, no infelizmente não finalizado *Cemitério dos vivos* [póstumo, 1953]. Neste, por meio da personagem Vicente Mascarenhas – um *alter ego* evidente do escritor – narra a sua experiência no Hospital Nacional de Alienados da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde fora internado em



duas ocasiões. Já considerado, pela crítica, escritor de forte veio confessional ou autobiográfico (CANDIDO, 2006, p. 47-49), Lima Barreto pode servir como uma espécie de elemento fecundador da reflexão sobre uma história genealógica – não no sentido de um precursor, apenas, mas de uma *figura* axial dessa história – da representação das classes populares brasileiras na literatura, e também da própria escritura que contempla a presença frequente do “teor testemunhal” como fator distintivo.

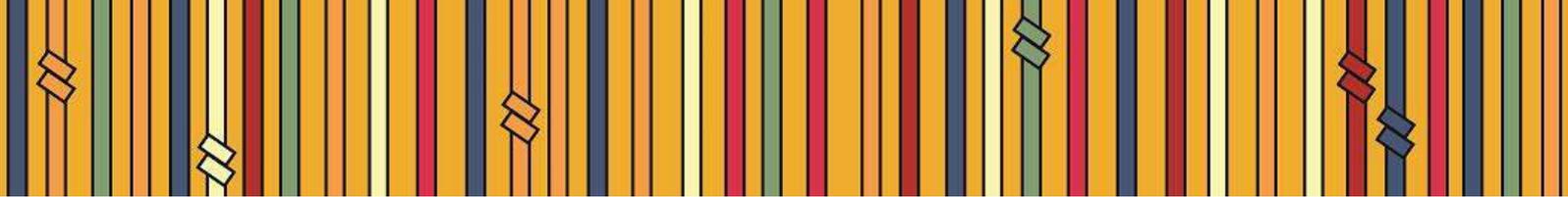
O teor testemunhal na literatura brasileira, portanto, pode ser considerado um elemento potencial para se pensar na proposta de uma história genealógica, que se organize em torno de figuras e problemas centrais cuja consideração não depende – ao menos como pressuposto – de sua progressão linear ao longo do tempo. Os dois momentos estudados neste trabalho, João Antônio e a literatura periférica, podem ser considerados elementos centrais dessa possibilidade de pensar suas produções a partir de um enfoque comparado ou historiográfico, centrado na questão da representação das classes populares na literatura brasileira e a preeminência, nesta, de uma *demandada testemunhal* que apresenta traços em comum, a partir dos quais apontam para a tradição literária, reconstruindo-a.

Entre o eu e o outro: o teor testemunhal na representação das classes populares

No “Manifesto de Abertura: Literatura Marginal” do número especial da revista *Caros Amigos*, que ficou marcada na produção e nos estudos sobre a literatura periférica brasileira, Ferréz coloca João Antônio, junto a Górkki e Plínio Marcos, como um precursor da literatura produzida por autores periféricos, um “autor da literatura marginal” (2001, p. 3). No final daquele manifesto, assinado por Ferréz, é citado um trecho do conto “Abraçado ao meu rancor” (do livro homônimo de 1986), de João Antônio, que o primeiro apresenta como um “recado pro sistema”:

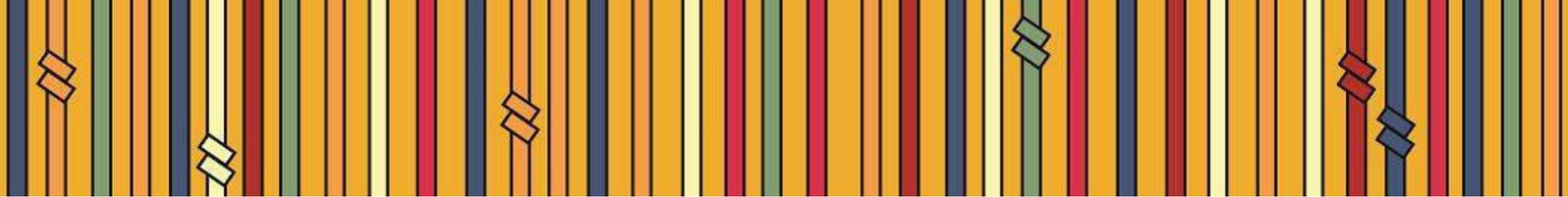
Evitem certos tipos, certos ambientes. Evitem a fala do povo, que vocês nem sabem onde mora e como. Não reportem povo, que ele fede. Não contem ruas, vidas, paixões violentas. Não se metam com o restolho que vocês não veem humanidade ali. Que vocês não percebem vida ali. E vocês não sabem escrever essas coisas. Não podem sentir certas emoções, como o ouvido humano não percebe ultra-sons (2001, p. 3; ANTÔNIO, 2012, p. 442)

O escritor Ferréz, talvez o porta-voz dessa produção que, especialmente a partir dessas publicações, passa a ser conhecida como Literatura Marginal, elege, assim, uma



tradição para essa espécie de movimento literário que agrega em torno de propostas e assuntos em comum. João Antônio e Plínio Marcos emergem, portanto, pela proposição de Ferréz, na condição de precursores de uma temática voltada às *classes populares marginalizadas*, bem como são representados como *autores marginalizados*; assim, constrói-se uma homologia básica entre os projetos literários daqueles autores e os da literatura marginal, no que se refere ao assunto central de suas produções, bem como à posição pretensamente ocupada por cada um deles frente a um campo literário projetado ou existente, tida, também, como marginalizada. Trata-se de uma operação semelhante à que o próprio João Antônio realiza em relação a Lima Barreto, a quem dedica todos seus livros, na condição de “pioneiro” (2012, p. 47) de sua literatura, no que tange a uma literatura militante e a um projeto literário eticamente fundamentado. Mais que semelhanças ou filiações propriamente estéticas, portanto, ressalta-se, num primeiro momento, a proximidade do assunto – as classes populares, o subúrbio ou a periferia – e da dimensão ética que sustenta os diferentes projetos, voltada a uma postura compreensiva e crítica da situação das classes populares brasileiras. Alguns estudos críticos acerca da literatura marginal-periférica seguem nesta senda aberta por Ferréz, notando a dimensão pioneira – especialmente no que tange ao assunto – da literatura de João Antônio para a produção contemporânea dos autores de periferia. Com Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, Antônio Fraga, Plínio Marcos e alguns outros autores, a crítica parece estabelecer uma espécie de história genealógica desta produção literária voltada para a representação das periferias urbanas brasileiras (PATROCÍNIO, 2013). No entanto, à parte a questão do assunto, ainda são necessárias maiores comparações entre esses momentos ou figuras. Uma dessas possibilidades é justamente no tocante à relação entre ética e estética entre esses diversos autores – em suma, entre seus diferentes *projetos* – especialmente no que se refere à questão testemunhal em suas obras.

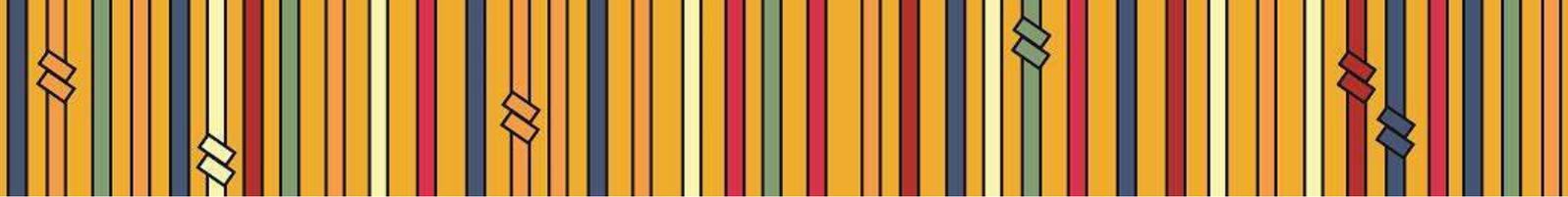
O trecho de João Antônio citado por Ferréz, justamente, pode ser entendido como chave para pensar as possíveis semelhanças relativas ao “teor testemunhal” presente na obra de ambos, ou, de modo mais geral, entre a produção de João Antônio e a literatura marginal-periférica. João Antônio, como se sabe, constrói seu projeto literário elegendo como tema central a representação das classes populares brasileiras, do trabalhador pobre ao fora-da-lei urbano, o que já foi chamado de uma “poética da exclusão” (ORNELLAS, 2008). Naquela passagem, originalmente em “Abraçado ao meu rancor”, um conto



confessional de teor “autobiográfico” (ZENI, 2016, p. 32-33), o autor-narrador se insurge contra os seus colegas de profissão, jornalistas, cujo ofício, segundo ele, é cúmplice constringido da ditadura, dos patrões e dos poderosos, e seria incapaz de representar fielmente as reais condições do povo brasileiro, já lamentáveis anteriormente, mas pioradas após a falência do “milagre” econômico da ditadura, com o inchaço urbano e o crescimento novas formas de exclusão social. Na citação de João Antônio por Ferréz, o anátema é dirigido, de outro modo, para “o sistema”. Trata-se de uma utilização que contrapõe a Literatura Marginal, ora apresentada em manifesto, às instâncias que a ela se opõem, sugeridas pela amplitude de significados que podem ser caracterizados como o “sistema”: os meios de comunicação de massa, o Estado, o mercado, as instituições educacionais, a indústria cultural etc. Há, assim, uma espécie de entrincheiramento tipicamente presente no gênero dos manifestos e sua linguagem não raro belicosa, aspecto bem reconhecível nas vanguardas literárias do século XX.

Porém, o centro da questão não está no destinatário, o “sistema”, mas na mensagem, que diz respeito à *legitimidade* para a representação das classes populares, algo presente no texto original de João Antônio e aqui recuperado como dado básico da proposição de uma literatura realizada por autores de periferia. Aqui, a questão pressupõe, ao menos, duas dimensões complementares. A primeira diz respeito ao problema da representação – a aparente confusão entre seus diferentes âmbitos, político e literário, será aqui proposital –,² sobre a legitimidade conferida (ou não) à representação do subalterno por certo tipo de literatura, “tradicional”, “marginal” ou “periférica”. Trata-se, portanto, da possibilidade ou impossibilidade de legitimidade na representação das classes populares e sua relação com o sujeito do discurso literário. Como nota João Camillo Penna, o *testimonio* latino-americano coloca em questão a representação literária de tipo tradicional, que dizia respeito à representação da formação nacional e ao estabelecimento de identidades supra-classistas, evocada seja no discurso apologético nacionalista, seja no discurso do escritor ou intelectual que é concebido como “porta-voz” do povo (2003, p. 312-313). Para o *testimonio* e, de resto, para a caracterização do “teor testemunhal” na literatura marginal-periférica, a questão se centra, portanto, na emergência possível de

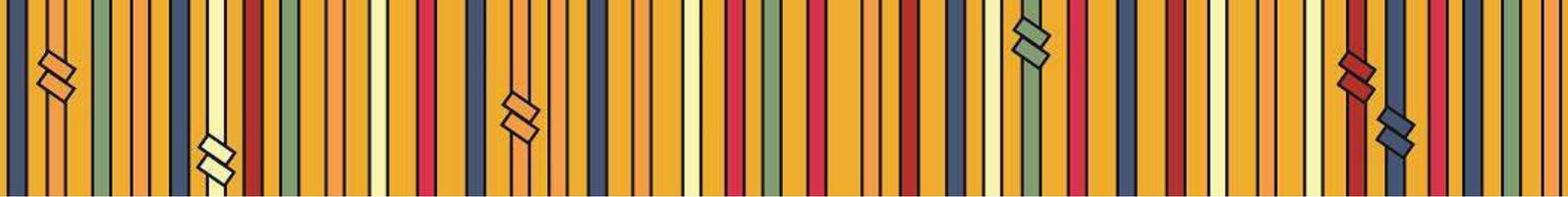
² A aproximação entre representação política e literária é discutida em “Representação e responsabilidade na narrativa brasileira contemporânea”, de Anderson Mata (2011, p. 15-39), e em diversos momentos de *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, de Regina Dalcastagnè (2012).



subjetividades anteriormente excluídas ou representadas a partir da presença necessária de uma espécie mediador cultural, que operaria a ligação entre as diferentes classes sociais.

Trata-se, portanto, da possibilidade deste sujeito subalterno ser portador de sua própria voz, representante legitimado do discurso. Aqui, aparece a segunda dimensão do problema: aquela a que se refere ao que vem sendo chamado de “lugar de fala” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 17-48), aspecto discutido em especial na crítica filiada aos estudos culturais ou pós-coloniais. O escritor periférico assumiria, assim, a fala, a produção do próprio discurso, o que se contraporá à necessidade – ou imposição – da tradução de sua imagem ou voz por meio de um intelectual mediador: “Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto” (2005, p. 9), como afirmou Ferréz. A assunção da própria “voz”, portanto, seria elemento necessário para a construção dessa literatura e a emergência de um discurso identitário a partir de um ponto de vista subalterno. Assim, o “teor testemunhal”, nessa produção, se vale de uma estratégia discursiva que enfatiza a representação direta e legítima, nos sentidos político e literário, que dispensa o porta-voz para sua entrada e participação na arena pública.

Tal estratégia, porém, não é recente e faz parte desta tradição eleita pela própria Literatura Marginal. Nas décadas de 1950 e 1960, período no Brasil comumente chamado de “populista”, a discussão sobre o papel do escritor e do intelectual como vanguarda política das classes populares, estava na ordem do dia (RIDENTI, 2014). Presente na música popular, na literatura, no teatro e nas outras artes – bem como elemento de discussão nas ciências sociais –, tal experiência, cortada pelo golpe de 1964, especialmente depois do AI-5, é colocada em questão já a partir da década seguinte, embora mantendo com ela pressupostos semelhantes. Na década de 1970, como efeito da debacle política do governo aliancista de João Goulart, bem como decorrência dos debates internos à esquerda e aos espaços cultural e intelectual brasileiros, as limitações de uma prática cultural nacional-popular ou conciliatória são repensadas em função de novos tipos e possibilidades de representação. Para a literatura, emerge como elemento importante sua relação com o jornalismo – em especial na imprensa alternativa (KUCINSKI, 2003) –, na tentativa não apenas de se constituir como sucedâneo aos meios de informação submetidos a censura, mas também, e principalmente, como forma

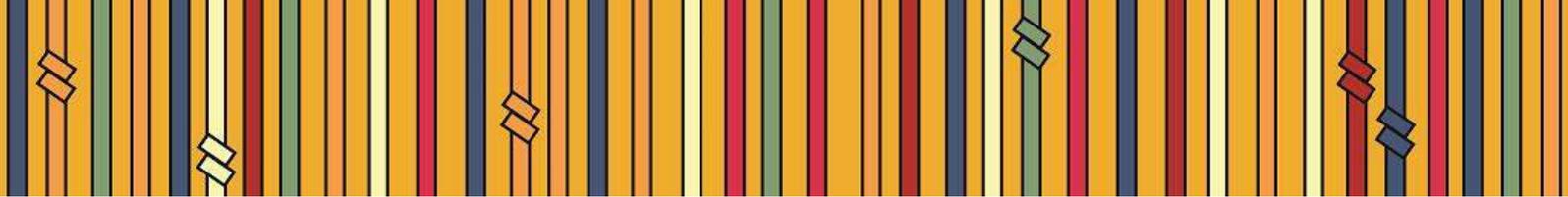


possível de estabelecer um contato com a *realidade* precária que emerge do país pós-“milagre”, bem como superar a anterior idealização projetiva de uma revolução nacional possível, própria do período populista.

Na literatura, essa discussão é especialmente evidente, e aqui João Antônio joga um papel central. Jornalista militante – no duplo sentido –, sua produção, já desde a década de 1960, parece voltar-se para a precariedade da situação das classes subalternas brasileiras, sem a projeção otimista ou voluntarista decorrente de uma postura político-programática que se centra na possibilidade da emancipação do povo brasileiro por meio da aliança entre os setores médios e a classe trabalhadora rural ou urbana, como ocorria naquela produção – lembremos do teatro de Guarnieri, Vianinha, Dias Gomes e Boal, além da literatura de Ferreira Gullar e Antonio Callado, entre outros. Embora não se livre da pecha de “populista” pela crítica (HOLLANDA E GONÇALVES, 1980, p. 56), João Antônio evita o programa político daquele momento, buscando uma possibilidade de atenção ao dado factual – que realiza em suas reportagens, além de sua literatura – e à *experiência* social brasileira, reapropriando-se do conceito de povo e identificando-o, claramente, às classes pauperizadas brasileiras, isto é, ao trabalhador, ao suburbano, ao malandro, ao bandido, à prostituta, ao moleque, etc.

A questão que emerge na proposta de João Antônio, é, assim, justamente, a questão da representação e da legitimidade. Em pesquisa realizada no acervo do escritor, notadamente em sua correspondência, podem ser flagrados momentos nos quais ele trata desta questão, tendo como antagonista a produção nacional-popular da década de 1960, na qual flagra uma perspectiva *falseadora* das reais condições do povo brasileiro. Em carta à escritora Ilka Brunhilde Laurito, o autor se distancia frente à geração do momento: “Eu acho que estou só como nunca” (10/9/1967, p. 6). Nessa carta, ainda, João Antônio destaca que falta aos jornalistas, escritores, dramaturgos e cineastas do momento uma espécie de conexão *autêntica* com o povo, que para ele caracteriza, nesses intelectuais, algo entre o postigo, o interesse meramente profissional e o oportunismo. Cita diversos: de Ignácio de Loyola Brandão a Roberto Freire, do Teatro de Arena a Glauber Rocha; destaque-se que é uma opinião reservada, e que aliás parece ter mudado da década de 1970 adiante. Afirmo João Antônio:

Porque (vai parecer demagogia política) não basta querer ser um homem do povo; é preciso se identificar inexoravelmente à coisa povo.

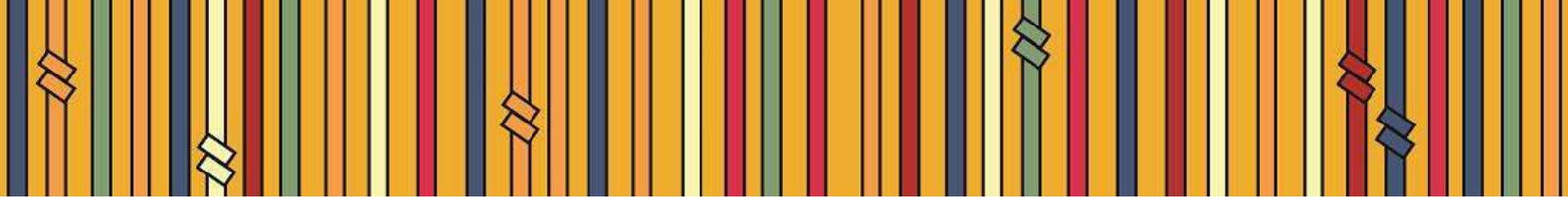


É preciso, numa expressão: ser um homem que gosta do João-ninguém, do Zé-mané, do Zé-povinho, do Tião, da Teresina e da Maricota. Mas é um gostar não-profissional, Ilka. É um gostar-amor, um gostar sem decorrências, sem interesses, sem vontade de aproveitar artisticamente. É amizade, se quiser (10/9/1967, p. 4).

Afirma ainda que o próprio povo, ou quem tem contato com ele, por diversos motivos, não escreve literatura (10/9/1967, p. 5) – aqui se explica o apreço demonstrado por ele em relação a Carolina Maria de Jesus, como se percebe em trecho de outra carta a Ilka Brunhilde Laurito.³ Colocando-se à parte das tentativas do momento, e este não parece ser apenas um ponto subjetivo, mas também postura artística e ética com relação à representação das classes populares em seu projeto literário, João Antônio diz que “só [vê suas] amizades nas infra-estruturas, nos pequenos, nos miúdos, nos tangidos, nos pés-chinelo. A esses eu amei e ainda amo” (10/9/1967, p. 4).

Tais elementos, que serão centrais na definição de seu projeto literário, deixam à mostra a perspectiva almejada em sua obra, uma adesão à experiência popular, que seja transfigurada em literatura. João Antônio, desse modo, se distancia da produção nacional-popular de teor politizante, buscando a possibilidade de exprimir, com *autenticidade*, o povo brasileiro, tendo como perspectiva latente, por conseguinte, a *legitimidade* dessa representação, que evite a projeção falseadora que nota nos outros escritores e demais intelectuais. Deve-se notar, para a compreensão deste projeto literário, a interpenetração destas duas noções: *legítimo* não é apenas aquilo que está de acordo com as leis – no que se confundiria com a noção de *legal* –, mas trata-se de uma qualidade pressupõe um *consenso*, a partir do momento em que se reconhece uma *autoridade* como representante; no caso político como para o literário, na função de mediador ou porta-voz. Se se reconhece essa *autoridade legítima* na expressão, pode-se dizer que há acordo em seu caráter de *autenticidade*, isto é, etimologicamente, aquilo que tem *autoridade*, que é *válido* ou *aprovado*. Esse exercício de análise das noções não é ocioso: elas estão no cerne das confluências e das discrepâncias entre o teor testemunhal em João Antônio e na

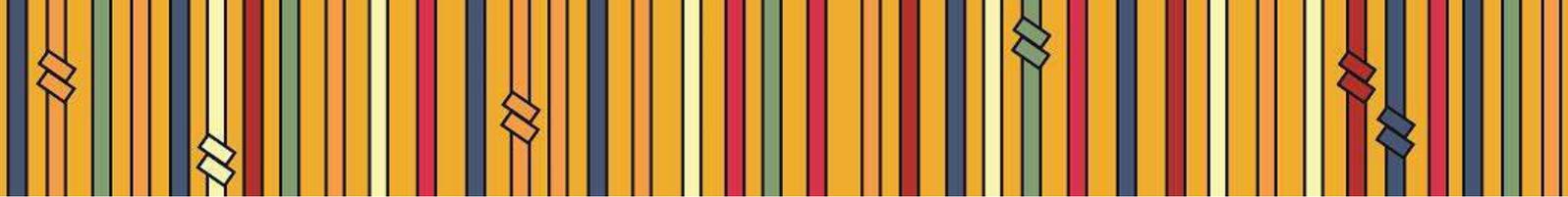
³ “‘Quarto de despejo’ – diário de uma favelada – é o livro de Carolina Maria de Jesus, que faz pensar na vida, em São Paulo e faz pensar no Brasil. Ilka, por que nossas misérias hão de ser tão terríveis? O livro é povoado de coisas horríveis, tenebrosas, que chegam na ingenuidade emocionada de uma mulher que é escritora por vocação. Não tem alquimia literária e isto é um bem para ela. Sintaxe estrepada. Beleza grande nas descrições simples do arco-íris da descrição bruta de uma fome que não é a fome de Knut Hansun. Não é fome literária, nem é fome lírica. É fome de estômago, tão somente (...) (CARTA A ILKA BRUNHILDE LAURITO, 24/8/1960).



literatura marginal-periférica, e, de resto, são presentes em grande parte da literatura brasileira, em especial a que se refere à representação da alteridade de classe, o que se deu, tradicionalmente, voltada à representação da questão identitária nacional. De Alencar a Graciliano, passando por Távora e os regionalistas da virada do século, a questão da representação *autêntica* do Brasil contempla variadas propostas e contrapropostas, que remetem tanto ao momento social quanto à própria política literária.

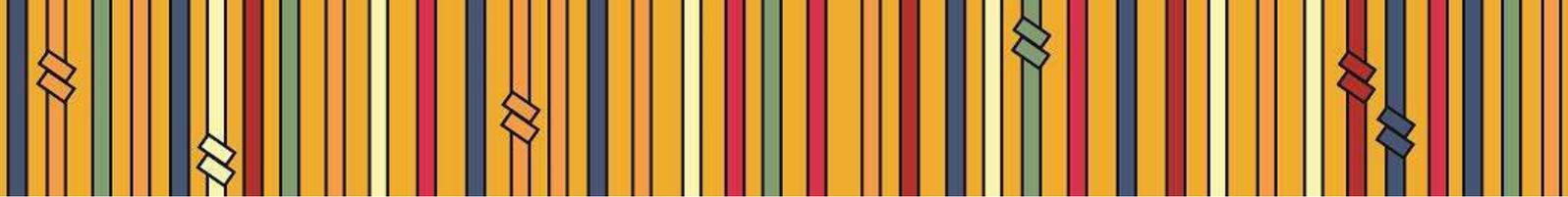
Em João Antônio, essa dimensão de seu projeto literário está exposta no ensaio-manifesto “Corpo-a-corpo com a vida”, estampado no livro *Malhação do Judas carioca*, de 1975. Tal ensaio pode ser lido como um programa para a construção de uma literatura voltada ao fato popular brasileiro, que consiga representar, portanto, com autenticidade, as classes subalternas, segundo uma perspectiva política, embora não programática, tal como a produção nacional-popular anterior. Assim, João Antônio repõe a questão já destacada anteriormente e que percorre grande parte de nossa tradição literária; trata-se da eterna petição de princípios relativa à representação adequada, *autêntica*, da nacionalidade, o que se dá, de modo geral, a partir da figuração do *povo* como elemento central para a construção ou reafirmação da identidade: “O de que carecemos, em essência, é o levantamento de realidades brasileiras, vistas de dentro para fora. Necessidade de que assumamos o compromisso com o fato de escrever sem nos distanciarmos do povo e da terra” (ANTÔNIO, 1975, p. 143-144). O texto de João Antônio possui uma linguagem que remete ao manifesto, além de se adequar plenamente à literatura de fundo militante do período, presente não apenas nele, mas também em autores como Plínio Marcos. No texto de João Antônio, o que se ressalta é a busca necessária pela representação de uma *realidade* brasileira que tenha como foco necessário as classes subalternas, a quem identifica como *povo*. Nesse sentido, em João Antônio ainda estamos na arena, digamos, tradicional de representação das classes populares: elas são encaradas enquanto um “outro” de classe, a quem é necessário, para o escritor que se queira relevante, uma busca por adesão, expressa na metáfora do *corpo-a-corpo*, isto é, não apenas a conjunção, portanto, mas o próprio atrito, a luta e a pugna por se aproximar de tal condição subalterna, de resto, geralmente precária e pauperizada.

A verificação da realidade popular, a tentativa de adesão à sua cosmovisão, portanto, compõem um panorama literário que postula a necessária busca de *autenticidade*, de *legitimidade* no tocante à caracterização das classes subalternas. Aqui,



o elemento testemunhal volta-se, portanto, para uma espécie de âmbito especular, que caberia ao autor resolver a partir de sua própria experiência junto às camadas. Repõe-se, portanto, a visão tradicional de representação da alteridade na literatura, com a sua consequente demanda de “realidade”, que contempla a necessidade de apuração e proximidade com o objeto narrado. No manifesto assinado por Ferréz, por sua vez, tal demanda retorna, o que certamente caracteriza um elemento de confluência frente a essa dimensão da literatura de João Antônio e de outros escritores de sua geração. Afirma Ferréz que a coletânea publicada na *Caros Amigos* “[mostra] as várias faces da caneta que se manifesta na favela, pra representar o grito do *verdadeiro povo brasileiro* (2001, p. 3). Aqui, embora a ideia de *povo* também se identifique com as camadas populares, bem como também advogue a necessidade de uma proximidade com a realidade dos marginalizados – dado essencial proposto em “Corpo-a-corpo com a vida” – João Antônio tem como alvo uma perspectiva totalizante, integradora, para a qual a noção de identidade nacional desempenha papel central. Na literatura marginal, tal perspectiva compõe-se a partir de uma identidade de grupos – nem de classe, tampouco “nacional” – “minoritários”: negros, indígenas, nordestinos etc., que comporiam, enquanto união estratégica, o *verdadeiro* povo. O foco não está na integração, mas na marcação da diferença, que se dá via enfrentamento.

Nesse sentido, pode-se dizer que a recuperação de João Antônio pela literatura marginal não é fortuita, mas tampouco representa uma literatura com um programa idêntico. A questão do teor testemunhal, presente e importante nos dois momentos, serve, como se vê, a propósitos ao mesmo tempo opostos e complementares: em ambos se ressalta a mesma dimensão ética e política com o horizonte crítico frente à condição de precariedade das classes subalternas, mas pressupõem, simultaneamente, atitudes diversas frente ao problema da representação da alteridade de classe. Poder-se-ia dizer, talvez, que a literatura marginal-periférica seja um salto à frente na questão; preferimos, aqui, no entanto, dizer que ela representa um *outro momento* na história da representação das classes populares brasileiras, nas quais se observa uma alvissareira ascensão de novas vozes, que propõem recontar esteticamente, a partir de seus próprios lugares de enunciação, a experiência brasileira. De qualquer modo, a eleição de uma tradição pelos autores contemporâneos pode orientar novas possibilidades de recontar história da



literatura brasileira a partir de um ponto de vista não linear, mas focado no problema básico da presença das classes subalternas em sua tradição.

Referências bibliográficas

ANTÔNIO, João. *Malhação do Judas carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Contos reunidos*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CANDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In: _____. *A educação pela noite*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 47-60.

CAROS AMIGOS. *Literatura marginal: a cultura da periferia – Ato II*. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Literatura Marginal, jun. 2002.

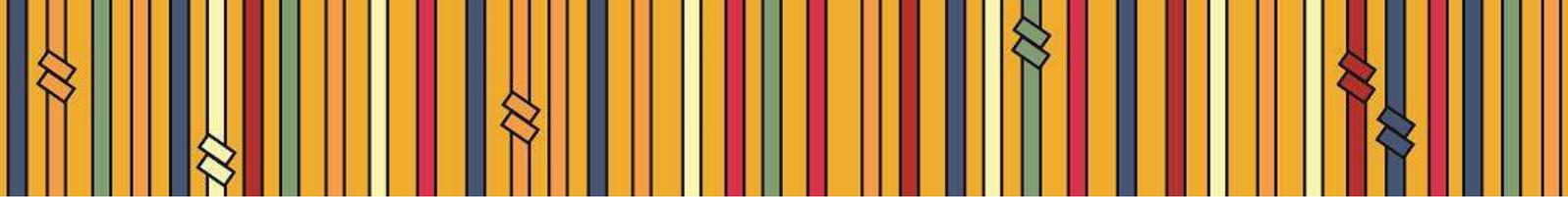
CARTA A ILKA BRUNHILDE LAURITO. Série Correspondência João Antônio. Correspondência Ilka Brunhilde Laurito e João Antônio (ativa e passiva). Caixa 2 (Exemplares correspondência ativa). 24 ago. 1960. 5 p.

_____. Série Correspondência João Antônio. Correspondência Ilka Brunhilde Laurito e João Antônio (ativa e passiva). Caixa 2 (Exemplares correspondência ativa). 10 set. 1967. 6 p.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 2012.

DANTAS, Audálio. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 6-8.

FERRÉZ. Terrorismo literário. In: _____ (Org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 9-14.



HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In: FREITAS FILHO, Armando; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Anos 70 – Literatura*. Rio de Janeiro: Europa, 1980. v. 2.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

MATA, Luís Nunes da. Representação e responsabilidade na narrativa brasileira contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina; THOMAZ, Paulo C. (Orgs.). *Pelas margens: representação na narrativa brasileira contemporânea*. Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 2011. p. 15-39.

ORNELLAS, Clara Ávila. *O conto na obra de João Antônio: uma poética da exclusão*. São Paulo: Linear B; FFLCH, 2008.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *Escritos à margem: a presença de autores de periferia na cena literária brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

PENNA, João Camilo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 297-350.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). Introdução. In: _____. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 7-44.

ZENI, Bruno. *Sinuca de malandro*. São Paulo: EdUSP, 2016.